

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e 2013



Relatório dos auditores independentes

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial

Em milhares de US\$ (exceto dados sobre ações)

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 7.571	\$ 18.273
Títulos e valores mobiliários		
Disponíveis para venda	584.429	381.634
Para negociação	331.583	312.589
Mantidos até o vencimento	39.902	40.119
Investimentos		
Empréstimos concedidos	1.027.154	1.026.659
Menos provisão para perdas	(47.895)	(47.056)
	979.259	979.603
Participações societárias (US\$ 13.027 e US\$ 12.457 ao valor justo, respectivamente)	25.178	26.052
Total dos investimentos	1.004.437	1.005.655
Contas a receber e outros ativos	21.564	28.535
Total do ativo	\$ 1.989.486	\$ 1.786.805
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 43.357	\$ 29.441
Juros e taxas de compromisso a pagar	1.751	2.036
Captações de curto prazo	534.291	121.167
Captações de longo prazo	564.950	782.335
Total do passivo	1.144.349	934.979
Capital social		
Autorizado:		
70.590 e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)		
Ações subscritas:		
70.590 e 70.440 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)	705.900	704.400
Menos subscrições a integralizar	(7.547)	(10.700)
	698.353	693.700
Lucros acumulados	170.144	156.810
Outras (perdas)/receitas abrangentes acumuladas	(23.360)	1.316
Total do patrimônio líquido	845.137	851.826
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.989.486	\$ 1.786.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em milhares de US\$

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS		
Receita de empréstimos		
Juros e comissões	\$ 44.468	\$ 47.161
Outras receitas	1.137	801
	<u>45.605</u>	<u>47.962</u>
Participações societárias		
Dividendos	677	401
Ganhos na venda	67	3.269
Variações no valor justo	(1.692)	735
Outras receitas	33	30
	<u>(915)</u>	<u>4.435</u>
Títulos e valores mobiliários	9.267	9.944
Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas	7.383	6.001
Total das receitas	61.340	68.342
Despesas com captações	12.480	16.363
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	48.860	51.979
PROVISÃO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS	92	(10.104)
PERDAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS COM REDUÇÃO NÃO TEMPORÁRIA AO VALOR RECUPERÁVEL (RELATIVAS A CRÉDITO)	289	49
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	30.344	31.568
Despesas com Plano de Pensões e PBPA	3.951	10.642
Perdas em operações cambiais, líquido	391	165
Outras despesas	113	6
Total das despesas operacionais	34.799	42.381
Resultado antes das atividades de assistência técnica	13.680	19.653
Atividades de assistência técnica	346	447
RESULTADO	\$ 13.334	\$ 19.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de US\$

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2014	2013
RESULTADO	\$ 13.334	\$ 19.206
OUTRAS (PERDAS)/RECEITAS ABRANGENTES		
Reconhecimento de alterações em ativo/passivo nos termos do Plano de Pensões e do PBPA — Nota explicativa 15	(24.926)	49.221
Ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda — Nota explicativa 3	250	509
Total de outras (perdas)/receitas abrangentes	(24.676)	49.730
(PERDAS)/RECEITAS ABRANGENTES	\$ (11.342)	\$ 68.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de US\$

	Ações subscritas	Capital*	Lucros acumulados	Outras receitas/ (perdas) abrangentes acumuladas	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	68.979	\$ 689.390	\$ 137.604	\$ (48.414)	\$ 778.580
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013					
Resultado	—	—	19.206	—	19.206
Outras receitas abrangentes	—	—	—	49.730	49.730
Variação em ações subscritas	1.461	—	—	—	—
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	4.310	—	—	4.310
Em 31 de dezembro de 2013	70.440	\$ 693.700	\$ 156.810	\$ 1.316	\$ 851.826
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014					
Resultado	—	—	13.334	—	13.334
Outras perdas abrangentes	—	—	—	(24.676)	(24.676)
Variação em ações subscritas	150	—	—	—	—
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	4.653	—	—	4.653
Em 31 de dezembro de 2014	70.590	\$ 698.353	\$ 170.144	\$ (23.360)	\$ 845.137

*Deduzidas as subscrições a integralizar.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de US\$

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (379.782)	\$ (306.702)
Desembolsos relativos a participações societárias	(5.021)	(7.130)
Amortização de empréstimos	371.384	338.198
Rendimento sobre participações societárias	3.209	8.273
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Compras	(293.764)	(251.920)
Vendas e vencimentos	87.000	20.217
Despesas de capital	(1.199)	(1.274)
Produto da venda de ativos recuperados	1.098	9.746
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	\$ (217.075)	\$ (190.592)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de captações, líquido	(203.648)	(111.662)
Produto da emissão de títulos de captação	400.000	50.000
Subscrições de capital	4.653	4.310
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades de financiamento	\$ 201.005	\$ (57.352)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado	13.334	19.206
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado por atividades operacionais:		
Ganhos realizados em vendas de participações societárias	(67)	(3.269)
Variação no valor justo de participações societárias	1.692	(735)
Variação em contas a receber e outros ativos	(2.922)	5.266
Provisão para perdas com empréstimos	92	(10.104)
Variação no valor justo de títulos e valores mobiliários	783	(8.525)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	(2.589)	749
Variação no Plano de Pensões e no PBPA, líquido	667	4.003
Investimento em títulos e valores mobiliários para negociação		
Compras	(1.222.954)	(831.488)
Vendas e vencimentos	1.204.236	1.055.669
Outros, líquido	12.786	6.839
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	\$ 5.058	\$ 237.611
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	310	168
Redução em disponibilidades, líquido	(10.702)	(10.165)
Disponibilidades em 1º de janeiro	18.273	28.438
Disponibilidades em 31 de dezembro	\$ 7.571	\$ 18.273
Informações complementares:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 11.751	\$ 15.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Objetivo

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. Essa missão é cumprida pela Corporação, em conjunto com investidores privados, mediante concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde, sob condições razoáveis, não haja oferta de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de cofinanciamento ou formação de consórcios de empréstimos, participações em empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países membros, e ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, com as atividades operacionais restritas a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), que também inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. Apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (U.S. GAAP). As referências nas notas explicativas a práticas contábeis geralmente aceitas do FASB (Financial Accounting Standards Board) significarão referências à Codificação de Normas Contábeis do FASB, também citada como “Codificação” ou ASC (do inglês: Accounting Standards Codification).

Todos os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de dólares dos Estados Unidos da América (dólares dos EUA, \$ ou US\$), que é a moeda funcional e de demonstrações da Corporação.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. Foram empregados critérios pessoais de decisão, em grau considerável, para definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos concedidos, para estimar o valor das reduções não temporárias ao valor recuperável de investimentos em participações societárias e em títulos e valores mobiliários, para apurar o valor justo de determinados investimentos em títulos e valores mobiliários, de empréstimos concedidos e participações societárias e de captações e derivativos, bem como para definir o custo periódico líquido dos benefícios dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes a elas. As alterações nas condições econômicas podem afetar os destinatários dos empréstimos concedidos pela Corporação, bem como os mercados mundiais de investimento, e podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades — Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades, com exceção dos detidos para negociação. A Corporação pode deter disponibilidades acima dos limites segurados pela FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation).

Investimento em títulos e valores mobiliários — Como parte de sua estratégia geral de administração de carteira, a Corporação investe em títulos privados, títulos de governos e de agências governamentais e títulos supranacionais, segundo suas próprias diretrizes de investimento. Esses investimentos incluem títulos de dívida, notas, letras, certificados de depósito, *commercial paper* e fundos mútuos, a taxas fixas e variáveis.

Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição, com as respectivas compras e vendas contabilizadas com base na data de negociação. A carteira da Corporação classificada como para negociação é declarada pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados como Receita de títulos e valores mobiliários. Os títulos e valores mobiliários a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

prazo fixo classificados como mantidos até o vencimento são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como disponíveis para venda e contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em Outros resultados abrangentes acumulados. Os juros e dividendos sobre títulos e valores mobiliários, a amortização de ágio, o acréscimo de descontos e os ganhos e perdas realizados com títulos e valores mobiliários detidos para negociação e disponíveis para venda são refletidos em Receita de títulos e valores mobiliários. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como mantidos até o vencimento e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado.

A Corporação avalia os títulos disponíveis para venda e os mantidos até o vencimento cujos valores estejam abaixo de seu respectivo custo amortizado, para definir se a diminuição do valor justo não é apenas temporária. Vários fatores são levados em conta pela Corporação para definir se a diminuição do valor justo não é apenas temporária, inclusive, entre outros, a condição financeira do emitente, os efeitos de flutuações nas taxas de juros ou em spreads de crédito, o prazo esperado de recuperação, bem como outros dados quantitativos e qualitativos. A apuração do montante de títulos e valores mobiliários com redução ao valor recuperável é um processo que depende de estimativas, decisões pontuais e incertezas, e seu objetivo é definir se os declínios no respectivo valor justo precisam ser reconhecidos nas receitas do exercício então em curso. Os riscos e incertezas incluem as mudanças nas condições econômicas gerais e as variações futuras nas avaliações dos fatores supracitados. Há expectativa de alteração de tais fatores no futuro. Para reduções ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento que não sejam consideradas apenas temporárias, a parcela relacionada a crédito da perda não temporária no valor recuperável é refletida no resultado do exercício, e a parcela não relativa a crédito é reconhecida em Outros resultados abrangentes acumulados.

Empréstimos concedidos e participações societárias — Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais, como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias incluem investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo “limited partnerships” e em estruturas similares (LPs), bem como investimentos diretos em participações societárias. São reconhecidos pelo custo, com a eventual redução ao valor recuperável, os investimentos diretos em participações societárias e determinados investimentos em LPs para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem participação financeira controladora. Para todos os demais investimentos em LPs, a Corporação selecionou o método de contabilização ao valor justo para investimento em participações societárias em LPs, conforme o Tópico 825 da ASC, baseando-se, para fins práticos, no valor patrimonial líquido informado para estimativa do valor justo. Os dados sobre valor patrimonial líquido informados pelas LPs são derivados do valor justo dos respectivos investimentos detidos pela LP.

A Corporação considera que um empréstimo exige a redução ao valor recuperável quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não seja possível receber todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Para definir se um empréstimo exige tal redução, os dados e acontecimentos relativos ao mutuário e/ou ao seu respectivo cenário econômico e político que são levados em consideração incluem, entre outros fatores, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo mutuário, a posição que ele ocupa entre os concorrentes no mercado, os riscos associados à garantia real, a disponibilidade e a capacidade do organizador do projeto para dar apoio ao investimento, os riscos da equipe responsável, além dos conflitos geopolíticos e das crises macroeconômicas.

Para os investimentos em participações societárias que não sejam contabilizados ao valor justo, a necessidade de redução ao valor recuperável é avaliada com base nas informações financeiras mais recentes e no desempenho operacional, além de outros dados pertinentes, os quais incluem, entre outros, as condições macroeconômicas, as tendências do setor específico em pauta, o histórico da empresa, bem como a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido até refletir o valor justo, que passa a ser o novo valor contábil do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram recuperações de valor justo quando a participação societária é vendida com ganhos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Entidades com participação variável — O Tópico 810 da ASC, *Consolidação*, dispõe sobre a consolidação quando a entidade declarante for o beneficiário primário de uma entidade com participação variável (VIE, na sigla em inglês para *variable interest entity*), e ainda, caso a outra entidade não possa ser definida como tal, sobre a exigência de consolidação se a entidade declarante tiver participação financeira controladora nessa outra entidade. A Corporação avaliou as entidades em que investe e outras entidades com as quais tem acordos contratuais e diversos, tendo concluído que a Corporação não é o beneficiário primário de nenhuma VIE, nem tem participação variável significativa em entidade desse tipo que exigiria divulgação.

Em acréscimo, a Corporação não detém participação financeira controladora em outra entidade, nem exerce influência significativa sobre outras entidades. A Corporação detém participações de investimento em determinados fundos de investimento estruturados como sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP. As participações societárias diretas da Corporação e determinadas participações em LPs são contabilizadas ao custo. As participações da Corporação em todas as demais LPs são contabilizadas ao valor justo, de acordo com o Tópico 820 da ASC.

Provisão para perdas com empréstimos — A Corporação reconhece no balanço patrimonial a redução ao valor recuperável ou a melhoria de desempenho dos ativos incluídos na carteira de empréstimos por meio de uma provisão para perdas com empréstimos concedidos na rubrica de lucro líquido, sendo que tal provisão aumenta ou diminui conforme os acréscimos ou as liberações contabilizados. As baixas e eventuais recuperações posteriores de valor dos empréstimos concedidos são lançadas na conta de provisão. A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas como prováveis na carteira de empréstimos. A administração decide com base na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, levando também em conta a conjuntura econômica e outros fatores considerados significativos.

A provisão para perdas com empréstimos concedidos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas (provisão específica) e as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis (provisão geral).

A definição da provisão para perdas identificadas como prováveis representa a decisão mais criteriosa possível da administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, inclusive, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa contratual vigente para o empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado. Dado o objetivo da Corporação e a natureza dos empréstimos, não existe, em geral, um valor de mercado secundário para operações similares.

A provisão para perdas atribuída ao restante da carteira de empréstimos concedidos é definida por uma estimativa da perda provável inerente à carteira, com base em várias análises. Cada empréstimo é classificado em função de seus riscos, e são derivadas as estimativas de perdas para cada classificação de crédito. Essas classificações baseiam-se em experiências passadas e em informações de mercado disponíveis, inclusive risco-país, riscos de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de coobrigação por parte de patrocinadores, bem como no fato de as demonstrações financeiras se pautarem por princípios contábeis diferentes dos geralmente aceitos nos Estados Unidos. As estimativas de perdas são derivadas das informações específicas sobre o setor e dos dados históricos da Corporação. Durante os períodos aqui refletidos, não houve alteração nas políticas contábeis da Corporação nem nas metodologias utilizadas para avaliar sua provisão para perdas com empréstimos.

Ocorre a baixa dos empréstimos concedidos quando a Corporação esgota todos os recursos possíveis para recuperação, com a consequente redução na provisão para perdas com empréstimos. Essas reduções na provisão são parcialmente compensadas pelas recuperações associadas a empréstimos baixados anteriormente.

Reconhecimento de receitas de empréstimos concedidos — Os juros e as comissões são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal tiver atraso superior a 90 dias. Os juros devidos e não recebidos, no caso de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando o pagamento é recebido, sendo novamente contabilizados pelo regime de competência após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não previamente reconhecidos, mas capitalizados como parte de reestruturação de dívida, são contabilizados como receita diferida

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

e incluídos em Contas a pagar e outras obrigações no balanço patrimonial, sendo creditados no resultado somente quando o montante respectivo do principal for recebido. Essa capitalização é incluída no cálculo da Provisão para perdas com empréstimos, no balanço patrimonial.

Os valores líquidos de custos e comissões de originação de empréstimos são diferidos e amortizados ao longo da vigência do empréstimo, pelo método linear, com resultados similares aos valores que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

Reconhecimento de receitas de participações societárias — Os dividendos e participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas e pagas. Os ganhos na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando alienados.

No caso das LPs contabilizadas ao valor justo nos termos de uma opção de valor justo, os ganhos e perdas não realizados são levados em conta na apuração do valor patrimonial e lançados como alterações no valor justo das participações societárias, na demonstração do resultado.

Garantias — A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de riscos compartilhados, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em um país membro que visem a aprimorar sua situação de crédito e viabilizar uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia e vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira de terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos da garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (*stand-ready*) de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A obrigação contínua de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, ao valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, em termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos em Contas a pagar e outras obrigações. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em Contas a receber e outros ativos, no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas com base na estimativa de perda provável. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco.

Captações — Para assegurar a disponibilidade de recursos para seus empreendimentos em geral, as captações da Corporação são feitas nos mercados internacionais de capital, mediante oferta de seus títulos de dívida a investidores públicos e privados. As captações da Corporação são contabilizadas ao custo amortizado. O cálculo da amortização de ágio e descontos é feito por método próximo ao método de juros efetivos, com inclusão na rubrica de Despesas com captações, na demonstração do resultado.

O saldo não amortizado dos custos de emissão para captação é incluído em Contas a receber e outros ativos, no balanço patrimonial.

As despesas de juros com captações são reconhecidas pelo regime de competência e incluídas na rubrica de Despesas com captações, na demonstração do resultado.

Atividades de gestão de riscos: derivativos não especulativos — A Corporação pode, eventualmente, utilizar determinados derivativos para gestão de riscos financeiros. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros do respectivo instrumento financeiro para gerar os juros desejados, e nenhum deles é designado como instrumento de hedge. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As variações no valor justo de derivativos relativos a captações são informadas em Despesas com captações, na demonstração do resultado.

Receitas diferidas de serviços de consultoria — Determinadas receitas relativas a serviços de consultoria a fundos externos são diferidas e amortizadas ao longo do respectivo período de prestação de serviços. Essas taxas e comissões são incluídas na rubrica de Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas, na demonstração do resultado.

Despesas diferidas — Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam refletidos com o método dos juros efetivos. Os montantes contabilizados como despesa são amortizados e incluídos em Despesas com captações, na demonstração do resultado.

Ativo fixo — A Corporação demonstra o ativo fixo ao custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Operações em moedas estrangeiras — Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data em questão. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando valores que se aproximam da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos em Perdas em operações cambiais, líquido, na demonstração do resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A Codificação exige que as pessoas jurídicas divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros e sobre a mensuração de valor justo, quer esses valores sejam ou não reconhecidos no balanço patrimonial.

O “valor justo” é definido nos GAAP como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na cessão de um passivo (ou seja, o “preço de saída”), em uma transferência regular entre participantes do mercado, na data de mensuração, conforme as condições de mercado existentes. A mensuração ao valor justo também pressupõe que a operação de venda do ativo ou de cessão do passivo ocorra no mercado principal ou então, inexistindo um mercado principal, no mercado que for o mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Corporação utiliza vários métodos de avaliação para definir o valor justo, inclusive os baseados em mercado, lucratividade e custos. A Codificação estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado suporiam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- **Nível 1** — Preços cotados em mercados ativos, sem reajuste, para ativos ou passivos idênticos.

Os ativos e passivos com dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários negociados de forma ativa e representam, basicamente, títulos do governo dos Estados Unidos e de suas agências.

- **Nível 2** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares; em preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares, mas sem negociação ativa; ou em modelos de formação de preços com todos os dados significativos direta ou indiretamente observáveis, durante o prazo praticamente total do ativo ou passivo.

Os ativos e passivos com dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, investimentos em obrigações basicamente de governos que não dos Estados Unidos, títulos privados, contratos de derivativos e captações estruturadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

- Nível 3 — Avaliações baseadas em dados não observáveis e significativos para a mensuração geral de valor justo.

Os ativos e passivos que utilizam os dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos e investimentos de participação societária em LPs.

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como, por exemplo, o tipo do produto e outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um grau maior de decisão pontual. Dessa forma, é maior o grau de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na mensuração de valor justo podem ser classificados em diferentes níveis na hierarquia de valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração de valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja significativo para a mensuração integral de valor justo.

O cálculo do valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros da Corporação é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, spreads de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o Tópico 820 da ASC, a mensuração do valor justo dos passivos, inclusive derivativos, também leva em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (*credit default swaps*) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 e no Nível 2 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: Para mensurar o valor justo de empréstimos concedidos a determinadas instituições financeiras nos termos de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais os dados informativos em geral disponíveis são tanto observáveis como não observáveis, a metodologia empregada pela Corporação requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimativa do valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados.

Para determinados investimentos da Corporação em empréstimos privados e instituições financeiras, torna-se inviável estimar o valor justo, considerando a natureza e a localização geográfica do destinatário do empréstimo. Os contratos de empréstimo da Corporação refletem as características de risco e as necessidades específicas de cada tomador. As cláusulas contratuais restringem a capacidade da Corporação para vender ativos ou transferir passivos a participantes no mercado. Também é conferida à Corporação a condição de credor preferencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Essa condição não é transferível, o que restringe a capacidade da Corporação de transferir esses ativos e passivos. Além disso, é reduzido — ou mesmo inexistente — o número de operações com classificações de crédito, taxas de juros e datas de vencimento similares. Com base na experiência da administração, considera-se que, para muitos dos ativos e passivos da Corporação, há alguns países sem nenhum participante com interesse no mercado mais vantajoso ou principal da Corporação, considerando as características específicas de riscos, dimensões e prazos de cada país. Portanto, em conformidade com o Tópico 820 da ASC, são fornecidas informações adicionais sobre a estimativa do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos. A nota explicativa 9 inclui as informações adicionais sobre os empréstimos concedidos.

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital social de sociedades privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe e também investe em LPs. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. As LPs são classificadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo. A nota explicativa 9 inclui informações adicionais sobre as LPs contabilizadas pelo valor justo.

Os investimentos diretos da Corporação em participações societárias são avaliados quanto à deterioração. Todavia, torna-se impraticável apurar com exatidão o valor justo acima do custo, já que essas são operações de investimento privado, especificamente concebidas para atuação em países membros regionais da Corporação. Ademais, as cláusulas contratuais restringem a capacidade da Corporação para vender ativos ou transferir sua participação em seu mercado principal ou em mercados mais vantajosos, considerando as dimensões e a escala dos investimentos diretos da Corporação em participações societárias.

Tributos — A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, conforme alterado, são isentos de tributos e de tarifas alfandegárias em seus países membros.

Novas normas para contabilidade e informações financeiras — Em maio de 2014, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis (ASU) 2014-9, *Receitas de contratos com clientes* (Tópico 606), que substituiu as exigências e orientações anteriores sobre reconhecimento de receitas. Essa nova orientação não se aplica a instrumentos financeiros nem a garantias. A ASU entrará em vigor para o período anual de apresentação de relatórios da Corporação com início em 31 de dezembro de 2017. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa ASU sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em fevereiro de 2010, o FASB emitiu a ASU 2010-10, *Consolidação* (Tópico 810), *Alterações para determinados fundos de investimento*, que basicamente diferiu a data de vigência inicial do pronunciamento FAS 167 para empresas com investimentos em entidades que sejam sociedades de investimento, incluindo a controladora e seus agentes ou representantes [*investment companies*] (conforme definição de tal termo no Tópico 946 da ASC, *Serviços financeiros — Sociedades de investimento*), conforme alterada pela ASU 2013-08. Assim sendo, a Corporação diferiu a adoção do pronunciamento FAS 167 com respeito à avaliação de seus investimentos em sociedades de tipo LP, incluindo controladora e agentes ou representantes. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa ASU sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

3. Investimento em títulos e valores mobiliários

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Títulos privados	\$ 250.264	\$ 249.840
Títulos de agências governamentais	39.968	6
Títulos e valores mobiliários supranacionais	32.968	14.989
Títulos públicos (governos)	8.383	47.754
	\$ 331.583	\$ 312.589

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os ganhos e perdas não realizados em títulos e valores mobiliários para negociação foram de US\$ 246 e US\$ 49, respectivamente, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 516 e US\$ 48, respectivamente, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

<i>Em milhares de US\$</i>	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Títulos privados	\$ 459.318	\$ 317.808
Títulos de agências governamentais	113.029	58.553
Títulos e valores mobiliários supranacionais	12.082	5.273
	\$ 584.429	\$ 381.634

Valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2014			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos privados	\$ 458.217	\$ 1.513	\$ (412)	\$ 459.318
Títulos de agências governamentais	112.482	615	(68)	113.029
Títulos e valores mobiliários supranacionais	12.086	13	(17)	12.082
	\$ 582.785	\$ 2.141	\$ (497)	\$ 584.429

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2013			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos privados	\$ 314.783	\$ 3.025	\$ —	\$ 317.808
Títulos de agências governamentais	58.502	405	(354)	58.553
Títulos e valores mobiliários supranacionais	5.237	36	—	5.273
	\$ 378.522	\$ 3.466	\$ (354)	\$ 381.634

Prazo de permanência contínua em posição de perdas não realizadas para títulos e valores mobiliários individuais, disponíveis para venda:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2014					
	Inferior a 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas
Títulos privados	\$ 96.114	\$ (412)	\$ —	\$ —	\$ 96.114	\$ (412)
Títulos de agências governamentais	27.111	(68)	—	—	27.111	(68)
Títulos e valores mobiliários supranacionais	6.979	(17)	—	—	6.979	(17)
	\$ 130.204	\$ (497)	\$ —	\$ —	\$ 130.204	\$ (497)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2013					
	Inferior a 12 meses		12 meses ou mais		Total	
	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas	Valor justo	Perdas não realizadas
Títulos de agências governamentais	\$ 24.761	\$ (354)	\$ —	\$ —	\$ 24.761	\$ (354)
	\$ 24.761	\$ (354)	\$ —	\$ —	\$ 24.761	\$ (354)

Alterações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda reconhecidos em Outras (perdas)/receitas abrangentes:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ganhos não realizados durante o exercício	\$ 250	\$ 535
Reclassificação de ganhos para lucro líquido	—	(26)
Variações devidas a títulos com redução ao valor recuperável	—	—
Total reconhecido em Outras (perdas)/receitas abrangentes referentes a títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	\$ 250	\$ 509

A Corporação não vendeu nenhum título classificado em sua carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 (um vendido, com ganho realizado de US\$ 26, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

Os investimentos em títulos e valores mobiliários com perdas não realizadas são o resultado de alterações nos preços e no atual cenário de mercado, e não decorrem de deterioração não temporária no crédito. Em 31 de dezembro de 2014, nenhuma deterioração não temporária nos títulos e valores mobiliários da Corporação foi reconhecida na carteira disponível para venda (nenhuma em 31 de dezembro de 2013). Ademais, a Corporação não tem a intenção de vender títulos e valores mobiliários da carteira disponível para venda, sendo maior a probabilidade de que a Corporação não precise realizar venda antes da recuperação da parcela não relativa a crédito, reconhecida em Outros resultados abrangentes acumulados.

Composição, por vencimento, dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Até 1 ano	\$ 126.544	\$ 87.647
Mais de 1 e até 5 anos	457.885	293.987
	\$ 584.429	\$ 381.634

Custo amortizado do título privado mantido até o vencimento:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Título privado	\$ 39.902	\$ 40.119
	\$ 39.902	\$ 40.119

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o título privado da Corporação foi de US\$ 39.902 e US\$ 40.119, respectivamente, correspondentes a um ativo de desenvolvimento com características similares a outros títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Valor justo do título privado mantido até o vencimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2014	
	Custo amortizado	Valor justo
Título privado	\$ 39.902	\$ 40.423
	\$ 39.902	\$ 40.423

<i>Em milhares de US\$</i>	31 de dezembro de 2013	
	Custo amortizado	Valor justo
Título privado	\$ 40.119	\$ 42.668
	\$ 40.119	\$ 42.668

Os ganhos brutos não realizados para o título privado mantido até o vencimento em 2014 e 2013 foram de US\$ 521 e US\$ 2.550, respectivamente.

Composição, por vencimento, do título privado mantido até o vencimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Até 1 ano	\$ 39.902	\$ —
Mais de 1 e até 5 anos	—	40.119
	\$ 39.902	\$ 40.119

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o total de receitas de juros, líquido de amortização de ágios e acúmulo de descontos, foi de US\$ 7.506 (US\$ 8.199 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

4. Empréstimos concedidos e participações societárias

A Corporação aplica medidas específicas de observação das concentrações e monitora seus investimentos em empréstimos e em participações societárias e LPs no tocante aos riscos de crédito e ao potencial de efeitos relacionados das concentrações geográficas. Em 31 de dezembro de 2014, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação incluíam Brasil, Peru e Chile (Peru, Brasil e Chile em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2014, os investimentos em aberto em empréstimos e em participações societárias e LPs, expressos em moeda estrangeira, totalizaram US\$ 62.072 (US\$ 86.698 em 31 de dezembro de 2013). Uma das exposições da Corporação é denominada Regional e consiste basicamente em investimentos em empréstimos e participações societárias multinacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Distribuição da carteira em aberto, por país e por setor:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro					
	2014			2013		
	Empréstimos	Participações societárias	Total	Empréstimos	Participações societárias	Total
Brasil	\$ 129.905	\$ 1.882	\$ 131.787	\$ 133.587	\$ —	\$ 133.587
Peru	112.506	—	112.506	140.276	—	140.276
Chile	109.453	1.600	111.053	124.776	1.600	126.376
Costa Rica	103.719	—	103.719	94.748	—	94.748
Panamá	95.333	4.000	99.333	76.848	4.000	80.848
México	81.533	11.196	92.729	74.751	10.297	85.048
Colômbia	90.130	1.099	91.229	78.705	1.344	80.049
Equador	59.680	—	59.680	70.025	—	70.025
Argentina	41.899	114	42.013	62.151	355	62.506
Nicarágua	41.169	—	41.169	46.131	—	46.131
Paraguai	34.946	—	34.946	27.495	—	27.495
Uruguai	34.242	—	34.242	12.128	—	12.128
Regional	20.677	4.373	25.050	21.839	7.320	29.159
El Salvador	19.767	—	19.767	9.356	—	9.356
República Dominicana	18.235	914	19.149	17.500	1.136	18.636
Honduras	13.632	—	13.632	4.429	—	4.429
Guatemala	8.618	—	8.618	6.002	—	6.002
Jamaica	8.283	—	8.283	13.048	—	13.048
Estado Plurinacional da Bolívia	1.737	—	1.737	11.340	—	11.340
Haiti	1.565	—	1.565	1.524	—	1.524
Bahamas	125	—	125	—	—	—
	\$ 1.027.154	\$ 25.178	\$ 1.052.332	\$ 1.026.659	\$ 26.052	\$ 1.052.711
Serviços financeiros	\$ 711.237	\$ 5.051	\$ 716.288	\$ 679.525	\$ 6.946	\$ 686.471
Energia	84.230	—	84.230	75.676	—	75.676
Produtos agrícolas	35.947	—	35.947	47.419	—	47.419
Fertilizantes e serviços agrícolas	26.251	—	26.251	28.079	—	28.079
Transporte e logística	26.231	—	26.231	39.155	—	39.155
Distribuição e varejo	18.353	2.575	20.928	30.157	—	30.157
Fundos de investimento	1.158	13.027	14.185	1.158	13.902	15.060
Alimentos e bebidas	13.636	—	13.636	20.539	—	20.539
Construção, material e instalações	10.019	3.611	13.630	6.988	4.068	11.056
Aquicultura e pesca	13.310	—	13.310	14.797	—	14.797
Hotelaria e turismo	12.890	—	12.890	12.371	—	12.371
Manufatura em geral	12.141	—	12.141	16.097	—	16.097
Serviços públicos	9.986	—	9.986	10.406	—	10.406
Pecuária e avicultura	9.562	—	9.562	13.272	—	13.272
Têxteis, confecções e couro	8.997	—	8.997	4.136	—	4.136
Petróleo, gás e mineração	8.651	—	8.651	6.442	—	6.442
Madeira, papel e celulose	7.442	—	7.442	3.821	—	3.821
Serviços e suprimentos de saúde	6.592	—	6.592	1.968	—	1.968
Educação	5.145	—	5.145	5.005	—	5.005
Informação, comunicações e tecnologia	2.680	914	3.594	2.500	1.136	3.636
Envase e embalagem	1.696	—	1.696	6.223	—	6.223
Serviços	1.000	—	1.000	925	—	925
	\$ 1.027.154	\$ 25.178	\$ 1.052.332	\$ 1.026.659	\$ 26.052	\$ 1.052.711

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Carteira de investimentos em empréstimos e participações societárias

Os ativos de desenvolvimento da Corporação decorrem de atividades de concessão de empréstimos e de investimento, as quais incluem empréstimos, investimentos em participações societárias e determinadas LPs, investimentos em títulos e valores mobiliários e garantias, visando à promoção do desenvolvimento econômico dos países membros regionais em desenvolvimento da Corporação, mediante a constituição, expansão e modernização de empresas privadas, preferivelmente de pequeno e médio porte. A carteira da Corporação é segmentada entre instituições financeiras e empresas privadas. Todos os ativos de desenvolvimento são avaliados individualmente para o monitoramento e a avaliação de riscos e desempenho de crédito.

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2014:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2014		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
Empréstimos	\$ 712.395	\$ 314.759	\$ 1.027.154
Participações societárias	18.078	7.100	25.178
Investimento em um título mobiliário*	39.902	—	39.902
Total	\$ 770.375	\$ 321.859	\$ 1.092.234

*Representa um investimento em um título emitido em ou por entidades com domicílio em um país membro regional em desenvolvimento, cujo produto seja empregado em atividades de desenvolvimento.

Distribuição da carteira em aberto, por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2013:

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2013		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
Empréstimos	\$ 680.682	\$ 345.977	\$ 1.026.659
Participações societárias	20.848	5.204	26.052
Investimento em um título mobiliário*	40.119	—	40.119
Garantias**	—	5.663	5.663
Total	\$ 741.649	\$ 356.844	\$ 1.098.493

*Representa um investimento em um título emitido em ou por entidades com domicílio em um país membro regional em desenvolvimento, cujo produto seja empregado em atividades de desenvolvimento.

**Representa o montante potencial máximo de futuros pagamentos — Nota explicativa 10.

Resumo dos investimentos em empréstimos e participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

Em milhares de US\$	31 de dezembro de 2014
Empréstimos	\$ 148.950
Participações societárias	12.143
	\$ 161.093

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. O saldo em aberto do principal da carteira de empréstimos a taxas fixas totalizou US\$ 237.139 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 266.131 em 31 de dezembro de 2013). Em geral, o reapreçamento dos empréstimos a taxa variável ocorre no prazo de um ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Análise dos prazos vencidos, conforme contratos, dos empréstimos concedidos pela Corporação, ao custo amortizado por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2014:

31 de dezembro de 2014						
<i>Em milhares de US\$</i>	1–90 dias de atraso	> 90 dias de atraso com apropriação de receitas	> 90 dias de atraso sem apropriação de receitas	Total em atraso	Empréstimos correntes	Carteira de empréstimos
Instituições financeiras	\$ —	\$ —	\$ 3.180	\$ 3.180	\$ 709.215	\$ 712.395
Empresas	3.104	—	17.014	20.118	294.641	314.759
Total de empréstimos vencidos	\$ 3.104	\$ —	\$ 20.194	\$ 23.298	\$ 1.003.856	\$ 1.027.154
Como % da carteira de empréstimos	0,30%	0,00%	1,97%	2,27%	97,73%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 47.895					
Cobertura				205,58%		4,66%

Análise dos prazos vencidos, conforme contratos, dos empréstimos concedidos pela Corporação, ao custo amortizado por tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2013:

31 de dezembro de 2013						
<i>Em milhares de US\$</i>	1–90 dias de atraso	> 90 dias de atraso com apropriação de receitas	> 90 dias de atraso sem apropriação de receitas	Total em atraso	Empréstimos correntes	Carteira de empréstimos
Instituições financeiras	\$ —	\$ —	\$ 4.847	\$ 4.847	\$ 675.835	\$ 680.682
Empresas	18.024	—	—	18.024	327.953	345.977
Total de empréstimos vencidos	\$ 18.024	\$ —	\$ 4.847	\$ 22.871	\$ 1.003.788	\$ 1.026.659
Como % da carteira de empréstimos	1,76%	0,00%	0,47%	2,23%	97,77%	100,00%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 47.056					
Cobertura				205,75%		4,58%

Os empréstimos concedidos pela Corporação para os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizaram US\$ 31.137 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 19.757 em 31 de dezembro de 2013). O total corrente de empréstimos sem apropriação de receitas foi de US\$ 10.928 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 14.910 em 31 de dezembro de 2013). Os juros recebidos sobre empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizaram US\$ 669 (US\$ 552 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo do investimento refletido em empréstimos com apropriação de receitas interrompida, contabilizados ao custo amortizado, conforme o tipo de investimento:

<i>Em milhares de US\$</i>	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Empresas	\$ 26.392	\$ 12.441
Instituições financeiras	4.745	7.316
Total de empréstimos sem apropriação de receitas	\$ 31.137	\$ 19.757
Carteira de empréstimos	\$ 1.027.154	\$ 1.026.659
Carteira de empréstimos sem apropriação de receitas	3,03%	1,92%
Provisão para perdas com empréstimos	\$ 47.895	\$ 47.056
Cobertura de não apropriação de receitas	153,82%	238,17%

Resumo do cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação, com principal desembolsado e em aberto:

<i>Em milhares de US\$</i>	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Principal em aberto	Rendimento médio ponderado	Principal em aberto	Rendimento médio ponderado
Vencimento até, inclusive, um ano	\$ 335.004	3,91%	\$ 302.378	4,10%
Vencimento em mais de um e até, inclusive, cinco anos	591.532	4,31%	586.479	4,41%
Vencimento em mais de cinco anos e posteriormente	100.618	5,74%	137.802	5,29%
	\$ 1.027.154		\$ 1.026.659	

O investimento da Corporação em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável totalizou US\$ 16.969 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 17.452 em 31 de dezembro de 2013). A média dos empréstimos com redução no valor recuperável durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de US\$ 16.006 (US\$ 15.479 em 31 de dezembro de 2013). O total das provisões relacionadas a tais empréstimos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi de US\$ 10.566 e US\$ 7.006, respectivamente. A carteira de investimentos em empréstimos da Corporação inclui um empréstimo que foi considerado como uma reestruturação de dívida problemática em 31 de dezembro de 2009 e considerado incluído nos empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, inexistia reestruturação de dívida problemática na carteira de empréstimos (nenhuma em 31 de dezembro de 2013).

A Corporação recebeu recuperações parciais de empréstimos a empresas privadas e instituições financeiras nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Durante 2013, a carteira de investimento em empréstimos da Corporação incluiu uma recuperação de empréstimo a empresa privada no valor de US\$ 7.396.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo das variações na provisão para perdas com empréstimos, por tipo de investimento:

Em milhares de US\$	2014			2013		
	Instituições financeiras	Empresas	Total	Instituições financeiras	Empresas	Total
Saldo em 1º de janeiro	\$ 22.189	\$ 24.867	\$ 47.056	\$ 22.266	\$ 25.148	\$ 47.414
Baixa contábil de investimentos, líquida	—	(351)	(351)	—	—	—
Recuperações	413	685	1.098	332	9.414	9.746
Provisão para perdas	(2.808)	2.900	92	(409)	(9.695)	(10.104)
Saldo em 31 de dezembro	\$ 19.794	\$ 28.101	\$ 47.895	\$ 22.189	\$ 24.867	\$ 47.056

A Corporação utiliza um sistema de classificação dos empréstimos conforme o risco e a qualidade de crédito. Cada empréstimo é classificado como A, B, sofrível (abaixo do padrão), duvidoso ou perda. A descrição de cada categoria (indicador de qualidade de crédito) em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Indicador de qualidade de crédito

Indicador de qualidade de crédito	Descrição
A	A sociedade é capaz de cumprir suas obrigações e sua condição financeira não é afetada por variáveis internas nem externas que pudessem colocar em risco tal capacidade. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "A" varia de 0,40% a 6,15% para dívida principal, e de 0,55% a 8,45% para dívida subordinada, dependendo dos resultados de um exame específico de suas variáveis de risco.
B	A sociedade é considerada capaz de cumprir suas obrigações, mas enfrenta problemas internos e/ou externos que, se persistentes, poderiam colocar em risco sua capacidade financeira. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "B" é de 8,70% para dívida principal e de 12,00% para dívida subordinada.
Sufrível (abaixo do padrão)	As condições financeiras atuais e a capacidade de pagamento da sociedade podem afetar negativamente a cobrança, mas inexistente expectativa de perda do principal. A geração de fluxo de caixa da sociedade mostra sinais persistentes de deterioração. Se não for impedida a continuação das deficiências persistentes e claras que a sociedade demonstra, isso poderia acarretar a incapacidade de quitação integral das obrigações perante a Corporação. A sociedade está inadimplente ou mostra um risco crescente de inadimplemento, caso as deficiências não sejam corrigidas. São necessárias mudanças significativas na estrutura financeira ou operacional para que a boa classificação de crédito da sociedade seja recuperada. A alocação geral que é atribuída aos projetos com classificação "Sufrível (abaixo do padrão)" é de 21,65% para dívida principal e de 29,85% para dívida subordinada.
Duvidoso	A sociedade é considerada incapaz de pagar até mesmo o serviço de suas dívidas, com a cobrança considerada improvável, seja por pagamentos baseados no desempenho financeiro da sociedade, seja por pagamentos feitos por patrocinadores ou por execução da garantia real. A solvência da sociedade está prejudicada, com maior probabilidade de perda. Uma reestruturação de grandes proporções é exigida para o investimento e/ou a operação, com possibilidade de várias ações específicas (liquidação, recapitalização, etc.) Para projetos classificados como "duvidosos", é feita uma análise externa do fluxo de caixa, em conformidade com o subtópico 310-10-35 da ASC, para definir a provisão necessária.
Perda	O empréstimo da Corporação é considerado total ou parcialmente incobrável. Existe a probabilidade de que o projeto esteja insolvente ou tenha encerrado suas operações. O produto da execução da garantia real ou da cobrança dos garantes é insuficiente para recuperação integral do investimento feito pela Corporação. Para projetos classificados como "perda", é feita uma análise externa do fluxo de caixa, em conformidade com o subtópico 310-10-35 da ASC, para definir a provisão necessária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo dos empréstimos da Corporação ao custo amortizado, conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2014:

Categoria	31 de dezembro de 2014		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
A	\$ 668.404	\$ 248.521	\$ 916.925
B	40.811	38.446	79.257
Sofrível (abaixo do padrão)	—	14.004	14.004
Duvidoso	3.180	13.418	16.598
Perda	—	370	370
Total	\$ 712.395	\$ 314.759	\$ 1.027.154

Resumo dos empréstimos da Corporação ao custo amortizado, conforme o indicador de qualidade de crédito e o tipo de investimento, em 31 de dezembro de 2013:

Categoria	31 de dezembro de 2013		
	Instituições financeiras	Empresas	Total
A	\$ 627.206	\$ 274.162	\$ 901.368
B	48.630	54.584	103.214
Sofrível (abaixo do padrão)	—	4.625	4.625
Duvidoso	4.847	12.605	17.452
Perda	—	—	—
Total	\$ 680.683	\$ 345.976	\$ 1.026.659

Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2014, a Corporação tinha oito investimentos diretos em participações societárias (sete em 31 de dezembro de 2013), no valor contábil de US\$ 12.151 (US\$ 10.562 em 31 de dezembro de 2013). Os investimentos diretos em participações societárias são informados ao custo, e as perdas da Corporação com redução não temporária ao valor recuperável desses investimentos em 31 de dezembro de 2014 foram de US\$ 289 (US\$ 49 em 31 de dezembro de 2013).

A Corporação tinha dez investimentos em LPs em 31 de dezembro de 2014 (onze em 31 de dezembro de 2013), com nenhum contabilizado ao custo (um a US\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2013) e dez ao valor justo de US\$ 13.027 (dez ao valor justo de US\$ 12.457 em 31 de dezembro de 2013). Os investimentos da Corporação em LPs podem, em geral, ser liquidados num período de dez anos, com até duas prorrogações de um ano cada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

5. Contas a receber e outros ativos

Resumo de Contas a receber e outros ativos:

<i>Em milhares de US\$</i>	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Outros ativos circulantes		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 8.000	\$ 8.680
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	3.299	672
Outros ativos circulantes	8.894	7.911
	<hr/>	<hr/>
	20.193	17.263
Outros ativos não circulantes		
Ativo líquido do PBPA	—	9.373
Outros ativos não circulantes	1.371	1.899
	<hr/>	<hr/>
	1.371	11.272
	<hr/>	<hr/>
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 21.564	\$ 28.535

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo líquido do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA) reflete a situação de superávit do Plano. Vide nota explicativa 14.

6. Contas a pagar e outras obrigações

Resumo de Contas a pagar e outras obrigações:

<i>Em milhares de US\$</i>	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Passivo líquido do Plano de Pensões	\$ 22.221	\$ 8.681
Receitas diferidas	7.010	7.389
Benefícios a funcionários, a pagar	5.052	5.258
Contas a pagar e outras obrigações	3.887	3.981
Passivo líquido do PBPA	2.680	—
Contas a pagar a outras entidades do Grupo BID	2.507	4.132
	<hr/>	<hr/>
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 43.357	\$ 29.441

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o passivo líquido do Plano de Pensões reflete a situação de subcapitalização do Plano. Em 31 de dezembro de 2014, o passivo líquido do PBPA reflete a situação de subcapitalização do Plano. Vide nota explicativa 14.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

7. Captações

Captações em aberto, por moeda:

Em milhares de US\$	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
Captações (por moeda)	Valor em aberto	Custo médio ponderado	Valor em aberto	Custo médio ponderado
Dólar dos EUA	\$ 1.026.689	0,76%	\$ 760.048	0,89%
Peso mexicano	54.269	3,84%	122.284	4,48%
Real brasileiro	16.945	10,20%	19.214	10,20%
Euro	1.338	1,07%	1.956	1,07%
	\$ 1.099.241		\$ 903.502	
Captações de curto prazo	(534.291)		(121.167)	
Captações de longo prazo	\$ 564.950		\$ 782.335	

O plano geral de captação de recursos da Corporação leva em conta a estratégia e a previsão de liquidez. A estratégia atual para risco de liquidez exige da Corporação a existência de uma liquidez suficiente para cobrir as exigências previstas de liquidez operacional durante no mínimo 18 meses. As exigências de liquidez operacional incluem as projeções de desembolsos, despesas administrativas e outras, bem como captações em expiração, exigindo efetivamente que os vencimentos futuros tenham uma cobertura adequada de recursos com antecedência mínima de 18 meses.

Há uma linha de crédito renovável disponível para a Corporação no BID, desde 1997, no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008, a Corporação captou US\$ 100.000 dessa linha de crédito, com US\$ 200.000 ainda disponíveis para desembolso. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso. Renovada por três vezes, essa linha de crédito expira em novembro de 2015, com previsão de ser renovada pela quarta vez em 2015. Em acréscimo, a Corporação detém em 31 de dezembro de 2014 uma linha de crédito *stand-by* de US\$ 100.000 em uma instituição com nível de classificação AA -, a expirar em junho de 2015. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 276.023 em 31 de dezembro de 2014.

Em 16 de novembro de 2012, a Corporação emitiu notas em dólares dos EUA, à taxa LIBOR para três meses mais 0,35%, como parte de seu programa de notas a médio prazo em euros (Euro Medium-Term Note ou EMTN Program) nos mercados de capital, no valor de US\$ 350.000, com vencimento em 2015. Seguiu-se uma emissão adicional no valor de US\$ 50.000 em 19 de fevereiro de 2013, com ágio e vencimento em 2015. Os juros sobre as notas são devidos trimestralmente. Esse programa de notas a prazo foi a primeira oferta da Corporação no mercado financeiro internacional, e o objetivo é diversificar suas fontes de captação. Em 2 de outubro de 2014, a Corporação fez uma emissão adicional no valor de US\$ 400.000, à taxa LIBOR para três meses mais 0,14%, nos termos de seu Programa EMTN, com vencimento em 2017. Os juros sobre as notas são devidos trimestralmente.

Em 27 de abril de 2012, a Corporação emitiu títulos em moeda estrangeira à taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio (TIIE) mais 0,22%, no montante de 800 milhões de pesos mexicanos, antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2015. O produto da emissão destinou-se a financiar reinvestimentos nos mercados locais. Os juros sobre os títulos são devidos mensalmente. Os títulos são negociáveis na Bolsa Mexicana de Valores e representam obrigações quirografárias da Corporação, classificados em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive direitos de outros credores gerais. Os títulos não são resgatáveis antes do vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Cronograma de vencimentos das captações em aberto:

Em milhares de US\$	2015	2016	2017	2018	2019	Até 2023
Captações	\$ 534.291	\$ 16.945	\$ 400.000	\$ 1.338	\$ —	\$ 146.667
	\$ 534.291	\$ 16.945	\$ 400.000	\$ 1.338	\$ —	\$ 146.667

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas com captações incluíram despesas de juros no valor de US\$ 11.457 (US\$ 14.895 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

8. Capital

O capital inicial autorizado da Corporação passou de US\$ 200 milhões para US\$ 705,9 milhões devido ao aumento geral de capital de US\$ 500 milhões aprovado em 1999, e foi ainda objeto de diversos aumentos específicos para acomodar a admissão de novos membros. Os aumentos alocaram um total de US\$ 505,9 milhões para subscrição por países membros novos e existentes, durante os períodos de subscrição, conforme estipulado nas respectivas resoluções. A Corporação emite apenas ações não fracionárias, no valor nominal de dez mil dólares dos Estados Unidos cada.

Em maio de 2012, foram revertidas para o capital da Corporação, a título de ações não subscritas, 1.581 ações emitidas no âmbito do aumento de capital de 1999. Desse total, China e Coreia adquiriram 40 ações cada, e o Canadá adquiriu 150, para sua admissão como membro da Corporação. As restantes 1.351 ações do aumento de capital foram designadas para realocação entre os acionistas da Corporação, conforme o sistema aprovado pela Diretoria Executiva em 2008. A primeira rodada de subscrições da realocação foi concluída em maio de 2013, e todas as 1.351 ações disponíveis foram subscritas, com previsão de pagamento integral conforme o cronograma.

Nos termos do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, qualquer membro pode se retirar da Corporação, mediante notificação de sua intenção de retirar-se, enviada por escrito à sede da Corporação. A retirada será considerada vigente na data indicada na notificação, mas sempre no mínimo seis meses após a data de entrega da notificação à Corporação. Mesmo após sua retirada, o membro continuará responsável por todas as obrigações que tenha para com a Corporação na data de entrega da notificação de retirada.

No caso de saída da Corporação, as condições de encerramento da participação e de reaquisição das ações poderão ser acordadas entre a Corporação e o membro, conforme os termos considerados adequados às circunstâncias. Se nenhum acordo for obtido no prazo de três meses a contar da data em que o membro houver manifestado sua intenção de retirar-se, ou em outro prazo acordado entre ambas as partes, o preço de reaquisição das ações desse membro será igual ao seu valor contábil na data de encerramento da participação, conforme apurado pela Corporação em suas demonstrações financeiras auditadas. O pagamento das ações deverá ser efetuado de acordo com as parcelas, as datas e as moedas disponíveis que a Corporação possa definir, levando em conta sua própria posição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Capital subscrito e subscrições de capital a integralizar pelos membros:

	Em 31 de dezembro		
	Total ações subscritas		Subscrições a integralizar pelos membros
	Ações	Montante	
		<i>Em milhares de US\$</i>	
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ —
Argentina	8.089	80.890	3.220
Áustria	345	3.450	—
Bahamas	144	1.440	—
Barbados	101	1.010	—
Bélgica	169	1.690	—
Belize	101	1.010	—
Brasil	8.089	80.890	457
Canadá	150	1.500	—
Chile	2.003	20.030	—
Colômbia	2.086	20.860	—
Costa Rica	314	3.140	—
Dinamarca	1.071	10.710	—
El Salvador	314	3.140	—
Equador	437	4.370	170
Espanha	2.492	24.920	—
Estado Plurinacional da Bolívia	650	6.500	—
Estados Unidos	16.019	160.190	—
Finlândia	393	3.930	—
França	2.162	21.620	—
Guatemala	420	4.200	—
Guiana	120	1.200	—
Haiti	314	3.140	—
Honduras	314	3.140	—
Israel	173	1.730	—
Itália	2.162	21.620	—
Jamaica	420	4.200	—
Japão	2.492	24.920	—
México	5.207	52.070	2.070
Nicarágua	314	3.140	—
Noruega	393	3.930	—
Países Baixos	1.071	10.710	—
Panamá	327	3.270	130
Paraguai	327	3.270	—
Peru	2.086	20.860	830
Portugal	182	1.820	—
República Bolivariana da Venezuela	4.311	43.110	—
República da Coreia	156	1.560	60
República Dominicana	437	4.370	170
República Popular da China	156	1.560	60
Suécia	393	3.930	—
Suíça	1.071	10.710	—
Suriname	105	1.050	40
Trinidad e Tobago	314	3.140	—
Uruguai	862	8.620	340
Total 2014	70.590	\$ 705.900	\$ 7.547
Total 2013	70.440	\$ 704.400	\$ 10.700

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

9. Mensurações e variações de valor justo

Os ativos e passivos da Corporação contabilizados pelo valor justo foram classificados com base na hierarquia de valor justo conforme o Tópico 820 da ASC.

O seguinte quadro com hierarquia de valor justo apresenta os dados sobre os ativos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2014:

<i>Em milhares de US\$</i>	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Preços de ativos idênticos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
ATIVO				
Títulos privados	\$ 709.583	\$ —	\$ 709.583	\$ —
Títulos de agências governamentais	152.997	—	152.997	—
Títulos supranacionais	45.049	—	45.049	—
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs	13.027	—	—	13.027
Títulos públicos (governos)	8.383	—	8.383	—
	\$ 929.039	\$ —	\$ 916.012	\$ 13.027

O seguinte quadro com hierarquia de valor justo apresenta os dados sobre os ativos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2013:

<i>Em milhares de US\$</i>	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Preços de ativos idênticos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Outros dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
ATIVO				
Títulos privados	\$ 547.388	\$ 21.032	\$ 526.356	\$ —
Títulos de agências governamentais	78.820	63.826	14.994	—
Títulos públicos (governos)	47.753	37.754	9.999	—
Títulos supranacionais	20.262	—	20.262	—
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs	12.457	—	—	12.457
	\$ 706.680	\$ 122.612	\$ 571.611	\$ 12.457

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

<i>Em milhares de US\$</i>	Variações de valor justo incluídas em lucros do exercício
ATIVO	
Títulos públicos (governos)	927
Títulos privados	758
Títulos de agências governamentais	28
Títulos supranacionais	6
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs	(1.876)
	\$ (157)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013:

<i>Em milhares de US\$</i>	Variações de valor justo incluídas em lucros do exercício
ATIVO	
Títulos privados	7.481
Títulos públicos (governos)	1.585
Sociedades de responsabilidade limitada — LPs	620
Títulos de agências governamentais	30
	\$ 9.716

Alterações nos ativos de Nível 3 mensurados com regularidade conforme o valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

<i>Em milhares de US\$</i>	Mensurações a valor justo para LPs com dados não observáveis significativos (Nível 3)
Em 1º de janeiro de 2013	\$ 14.673
Variação por ganhos não realizados	620
Distribuições recebidas	(5.273)
Outros investimentos	2.437
Em 31 de dezembro de 2013	\$ 12.457
Em 1º de janeiro de 2014	\$ 12.457
Variação por perdas não realizadas	(1.876)
Distribuições recebidas	—
Outros investimentos	2.446
Em 31 de dezembro de 2014	\$ 13.027

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados ao valor justo com regularidade, mas ainda assim são contabilizados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza de liquidez ou curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber e outros ativos, Contas a pagar e outras obrigações.

Os títulos de dívida do governo dos Estados Unidos e de suas agências são mensurados ao valor justo com base em preços cotados, sem reajuste, em mercados ativos. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo, e mensurados ao valor justo, em consonância com a abordagem de mercado, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

A avaliação de todos os demais títulos e valores mobiliários baseia-se substancialmente nos preços cotados em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou preços derivados de modelos alternativos de formação de preços, já que inexitem preços disponíveis nos mercados. Esses métodos aplicam-se a determinados investimentos em obrigações de governos que não os Estados Unidos, agências e títulos de dívida privada. Também são incluídos títulos do tipo *commercial paper* (CP) e certificados de depósito (CD) emitidos em bases específicas, nos termos de grandes programas de CP ou CD sediados nos Estados Unidos. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são mensurados ao valor justo mediante o emprego de técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de lucratividade.

Os empréstimos concedidos pela Corporação são geralmente contabilizados pelo valor do principal em aberto. Para divulgação, a Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável à estimativa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

do valor justo de sua carteira de empréstimos concedidos. Em 31 de dezembro de 2014, e para os empréstimos com viabilidade de apuração do valor justo, o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais juros acumulados, foi de US\$ 418.161 (US\$ 400.753 em 31 de dezembro de 2013), e seu valor justo estimado foi de US\$ 422.044 (US\$ 410.492 em 31 de dezembro de 2013). A administração concluiu que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos concedidos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países membros regionais da Corporação. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 636.559 (US\$ 627.721 em 31 de dezembro de 2013), com taxas de juros que variam de 1,18% a 13,25% (0,78% a 13,81% em 31 de dezembro de 2013) e com vencimentos de menos de um ano a 15 anos (menos de um ano a 15 anos em 31 de dezembro de 2013). Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo apresentado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento).

As captações da Corporação são contabilizadas pelos valores históricos, salvo escolha da contabilização ao valor justo, nos termos da opção de valor justo permitida pelo Subtópico 825-10 da ASC. O valor justo das captações e dívida de longo prazo da Corporação foi estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações e dívida de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo das captações da Corporação totalizou US\$ 952.001 (US\$ 752.943 em 31 de dezembro de 2013).

Como medida prática, o valor justo para investimentos em LPs foi apurado com base no valor patrimonial estimado, conforme fornecido pelas LPs. Os valores patrimoniais fornecidos pelas LPs são derivados dos valores justos dos investimentos pertinentes, na data da declaração. Todos os investimentos que utilizam o valor patrimonial para calcular o valor justo (a) não têm um valor justo prontamente apurável e (b) preparam demonstrações financeiras em consonância com os princípios de mensuração de uma sociedade de investimentos ou têm os atributos de uma sociedade de investimentos. Em geral, as sociedades de responsabilidade limitada do tipo LP têm prazo definido de duração, e a Corporação não vende nem resgata seus investimentos em tais sociedades. Os investimentos em LPs que a Corporação não pode resgatar na data de mensuração ou a curto prazo são classificados no Nível 3. As receitas auferidas são distribuídas para a Corporação conforme cada LP vende o investimento que constitui seu objeto. São feitos ajustes no valor patrimonial quando se torna aparente uma diferença significativa entre ele e o valor justo.

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo foi de US\$ 12.151 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 13.595 em 31 de dezembro de 2013). No caso dos investimentos diretos da Corporação em participações societárias, torna-se impraticável apurar com exatidão o valor justo, já que essas são operações de investimento privado, especificamente concebidas para empresas de pequeno e médio porte nos países membros regionais da Corporação.

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 13.027 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 12.457 em 31 de dezembro de 2013). O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, incluído em Variações no valor justo de investimentos em participações societárias e atribuível à variação em perdas líquidas não realizadas, referente aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 1.692 (US\$ 1.694 em ganhos líquidos não realizados em 31 de dezembro de 2013). Inexistiam investimentos em LPs contabilizados ao custo em 31 de dezembro de 2014 (um investimento em LP contabilizado ao custo, com valor contábil de US\$ 3.033 e valor justo estimado de US\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2013).

10. Garantias

Em algumas ocasiões a Corporação pode oferecer garantias financeiras em nome dos destinatários de seus empréstimos, para várias finalidades, contra recebimento de uma taxa de garantia. Em termos gerais, as garantias oferecidas pela Corporação têm vencimentos compatíveis com os vencimentos da carteira de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2014, a Corporação não estava sujeita a nenhuma obrigação relativa a execução de contratos de garantia vigentes ou em aberto. Em acréscimo, não foi recebido nenhum aviso de inadimplemento desde o início do programa de garantias da Corporação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O potencial máximo de exposição, que representa a possibilidade de perdas no âmbito das garantias se houvesse um inadimplemento total da parte garantida, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, totalizou zero em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 5.663 em 31 de dezembro de 2013). Não foi feita provisão para perdas com as garantias na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2014 (nenhuma em 31 de dezembro de 2013). O valor justo estimado para a exigibilidade com garantias é de zero em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 1.223 em 31 de dezembro de 2013). Ocorreu o vencimento de uma das garantias em 17 de outubro de 2014. A Corporação contabilizou US\$ 1.079 como receita de taxas de garantia, correspondente à liberação total de exposição nos termos da garantia, incluída em Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas, na demonstração do resultado.

11. Contingências

No curso normal de seus negócios, a Corporação é ré, corré ou parte em várias questões judiciais com características típicas e inerentes às operações de que participa. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto nesses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação, nem os resultados de suas operações ou seus fluxos de caixa.

12. Procedimentos relativos à disponibilização de empréstimos

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras com respeito à disponibilização de determinados empréstimos. Esses procedimentos são administrados e monitorados pela Corporação, em lugar e vez dos participantes. A estrutura dos procedimentos obriga os credores participantes a prover recursos para sua respectiva parcela de cada empréstimo, sem direito de regresso contra a Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Corporação solicitou e desembolsou recursos de credores participantes no total de US\$ 277.474 (US\$ 93.516 em 31 de dezembro de 2013). Os recursos compromissados por credores participantes e não desembolsados totalizaram US\$ 33.174 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 15.345 em 31 de dezembro de 2013).

13. Operações com partes relacionadas

O BID presta à Corporação determinados serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação tem com o BID um contrato de arrendamento para a sua sede, a vencer em 2020.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritório e por determinados serviços de apoio administrativo:

<i>Em milhares de US\$</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2014	2013
Espaço de escritório (sede e outros)	\$ 2.210	\$ 2.529
Serviços de apoio	773	815
Outros serviços do BID	318	288
	\$ 3.301	\$ 3.632

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

<i>Em milhares de US\$</i>	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Espaço de escritório (sede)	\$ 2.125	\$ 2.189	\$ 2.254	\$ 2.322	\$ 2.392	\$ 2.463
	\$ 2.125	\$ 2.189	\$ 2.254	\$ 2.322	\$ 2.392	\$ 2.463

Os valores devidos ao BID totalizaram US\$ 2.507 em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 4.132 em 31 de dezembro de 2013). Vide nota explicativa 6.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Corporação havia captado US\$ 100.000 da linha de crédito do BID. Vide nota explicativa 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo BID. A Corporação recebeu o pagamento integral dos honorários devidos até 31 de dezembro de 2014, nos termos desses contratos, no total de US\$ 100 (US\$ 100 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

14. Planos de pensões e de benefícios pós-aposentadoria

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Pensões, os benefícios são baseados em anos de serviço e média de remuneração. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios conforme o Plano.

A Corporação também oferece benefícios de assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o PBPA com base em uma tabela definida de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes apresentados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA conforme o Tópico 715 da ASC, *Remuneração — Benefícios de aposentadoria*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA. O quadro abaixo mostra um resumo das variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	2014	2013	2014	2013
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1º de janeiro	\$ (85.689)	\$ (100.798)	\$ (49.150)	\$ (60.427)
Custo de serviços	(3.256)	(4.720)	(1.900)	(2.508)
Custo de juros	(3.973)	(4.035)	(2.439)	(2.343)
Contribuições dos participantes	(999)	(957)	—	—
Alterações no plano	(7)	—	1.071	—
Transferências líquidas entre BID e CII	(383)	—	—	—
(Perdas)/ganhos atuariais	(13.527)	23.714	(14.051)	15.714
Benefícios pagos	1.281	1.107	464	420
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	(2)	(6)
Obrigações em 31 de dezembro	(106.553)	(85.689)	(66.007)	(49.150)
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos dos planos em 1º de janeiro	77.008	67.169	58.523	49.531
Transferências líquidas entre BID e CII	383	(234)	—	—
Rendimento real sobre os ativos dos planos	5.145	7.256	4.059	5.501
Benefícios pagos	(1.281)	(1.107)	(464)	(420)
Contribuições dos participantes	999	957	—	—
Contribuições do empregador	2.078	2.967	1.209	3.911
Valor justo dos ativos dos planos em 31 de dezembro	84.332	77.008	63.327	58.523
Situação de capitalização				
Situação de (subcapitalização)/capitalização em 31 de dezembro	(22.221)	(8.681)	(2.680)	9.373
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (22.221)	\$ (8.681)	\$ (2.680)	\$ 9.373
Montantes reconhecidos como (passivo)/ativo:				
(Passivo)/ativo de benefícios dos planos	(22.221)	(8.681)	(2.680)	9.373
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (22.221)	\$ (8.681)	\$ (2.680)	\$ 9.373
Montantes reconhecidos em Outros resultados abrangentes acumulados:				
Perdas/(ganhos) atuariais, líquido	13.567	692	12.522	(774)
Custos de serviços anteriores	7	7	(1.062)	—
Ativo inicial líquido	—	—	—	183
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ 13.574	\$ 699	\$ 11.460	\$ (591)

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 90.244 e de US\$ 73.165 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Componentes do custo periódico líquido dos benefícios

O custo periódico líquido dos benefícios inclui os seguintes componentes:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2014	2013	2014	2013
Custo de serviços	\$ 3.256	\$ 4.720	\$ 1.900	\$ 2.508
Custo de juros	3.973	4.035	2.439	2.343
Retorno esperado sobre os ativos dos planos	(4.524)	(4.007)	(3.501)	(2.973)
Amortização de:				
Obrigações de transição	—	—	174	174
Perda atuarial líquida não reconhecida	30	2.585	197	1.243
Custo de serviços anteriores	7	14	—	—
Custo periódico líquido dos benefícios	\$ 2.742	\$ 7.347	\$ 1.209	\$ 3.295

Outras alterações nos ativos dos planos e nas obrigações por benefícios reconhecidos em Outras (perdas)/receitas abrangentes:

Em milhares de US\$	Plano de Pensões		PBPA	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2014	2013	2014	2013
Perdas/(ganhos) atuariais, líquido	\$ 12.905	\$ (26.963)	\$ 13.493	\$ (18.242)
Custo de serviços anteriores — exercício atual	7	—	—	—
Crédito de serviços anteriores	—	—	(1.062)	—
Amortização de:				
Obrigações de transição	—	—	(183)	(174)
Perda atuarial líquida não reconhecida	(30)	(2.585)	(197)	(1.243)
Crédito de serviços anteriores	(7)	(14)	—	—
Total reconhecido em Outras perdas/(receitas) abrangentes	\$ 12.875	\$ (29.562)	\$ 12.051	\$ (19.659)
Total reconhecido em Custo periódico líquido dos benefícios e Outras perdas/(receitas) abrangentes	\$ 15.617	\$ (22.215)	\$ 13.260	\$ (16.364)

O valor estimado de ganhos ou perdas atuariais líquidos, custo de serviços anteriores e obrigações iniciais líquidas para o Plano de Pensões e o PBPA, a ser amortizado de outros resultados abrangentes acumulados para o custo periódico líquido dos benefícios durante 2015, é de US\$ 1.105 para o Plano de Pensões e US\$ 1.091 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais empregadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e na conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação por benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início de 2014 são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviço dos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondente a cerca de 11,6 anos e 11,8 anos, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O crédito por serviços anteriores não reconhecidos é amortizado ao longo de 7,0 anos para o Plano de Pensões e ao longo de 8,4 anos para o PBPA.

A média ponderada das premissas usadas para apurar as obrigações por benefícios e o custo periódico líquido dos benefícios foi a seguinte:

	Plano de Pensões		PBPA	
	2014	2013	2014	2013
<i>Média ponderada das premissas de cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	3,88%	4,85%	3,97%	4,99%
Taxa de aumento na remuneração	4,16%	4,30%		
Taxa de inflação	2,20%	2,29%	2,20%	2,29%

	Plano de Pensões		PBPA	
	2014	2013	2014	2013
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo periódico líquido dos benefícios para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	4,85%	4,00%	4,99%	4,25%
Rendimento a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento na remuneração	4,30%	5,50%		

A taxa anual de rendimento esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de rendimento das categorias de ativos utilizados pelos planos e a aplicação conservadora dessas taxas de rendimento na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas para definir a obrigação por benefícios são escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos privados com classificação AAA e AA. A taxa de inflação utilizada é a inflação implícita para 30 anos, derivada de notas do Tesouro dos Estados Unidos nominais e reais, com duração de 20 anos.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	PBPA	
	2014	2013
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2019	2018
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Custos médicos (não Medicare)	7,00%	7,00%
Custos médicos (Medicare)	6,00%	6,00%
Medicamentos	6,00%	6,50%
Odontológicos	5,00%	4,50%
Custos de aposentadoria fora dos Estados Unidos*	6,50%	6,00%

*Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com suposição de aposentadoria fora dos Estados Unidos.

Para os participantes com previsão de aposentadoria fora dos Estados Unidos, foi utilizada uma taxa de tendência dos custos de assistência médica de 6,50% e 6,00% para 2014 e 2013, respectivamente, com uma taxa de tendência final de 4,50% em 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nessas taxas teria os seguintes efeitos:

Em milhares de US\$	Aumento de um ponto percentual		Redução de um ponto percentual	
	Exercício encerrado em 31 de dezembro			
	2014	2013	2014	2013
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 1.359	\$ 1.154	\$ (951)	\$ (818)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	15.917	10.965	(11.515)	(8.027)

Ativos dos planos

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento com alocações de ativos estratégicos de longo prazo foram criadas com a expectativa de que os rendimentos sejam suficientes para o atendimento das exigências de capitalização de longo prazo, com 65% dos ativos investidos em estratégias de rendimento. Essas políticas também alocam 35% dos ativos a investimentos em títulos de renda fixa e títulos com correção monetária dos Estados Unidos, para proteção parcial contra os efeitos de variações nas taxas de juros e de fatores inflacionários sobre os passivos do Plano de Pensões e do PBPA, bem como para proteção contra desinflação.

Os ativos do Plano de Pensões são investidos com uma meta de alocação entre 45% e 61% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívida de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 0% a 2% em imóveis públicos, 2% a 3% em imóveis privados e 0% a 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do Plano de Pensões também são investidos com exposições de 5% em títulos de renda fixa básica, 15% em títulos de renda fixa de longo prazo e 15% em títulos e valores mobiliários com correção monetária dos Estados Unidos.

Os ativos do PBPA são investidos com uma meta de alocação entre 46% e 62% em um pool bem diversificado de ações de mercados emergentes e desenvolvidos, e exposições de 3% em dívidas de mercados emergentes, 3% em futuros de índices de commodities, 3% em imóveis públicos e 2% em títulos de renda fixa de alto rendimento. Os ativos do PBPA também são investidos com exposições de 15% em títulos de renda fixa de longo prazo, 5% em títulos de renda fixa básica e 15% em títulos com correção monetária dos Estados Unidos.

As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

	Plano de Pensões	PBPA
Ações dos Estados Unidos	25%	26%
Ações de outros países	24%	24%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	15%	15%
Títulos de renda fixa de longa duração	15%	15%
Títulos de renda fixa básica	5%	5%
Ações de mercados emergentes	4%	4%
Títulos de dívida de mercados emergentes	3%	3%
Índices futuros de commodities	3%	3%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	2%	2%
Imobiliário, público	2%	3%
Imobiliário, privado	2%	0%

Os riscos são administrados por monitoramento regular de cada nível de categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa e com exercícios mensais de redistribuição. Como regra geral, os gestores

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos exige a aprovação específica de cada instrumento pelo Comitê de Investimentos do BID e pelo Administrador de Plano do PBPA, respectivamente.

Os quadros abaixo apresentam a classificação dos investimentos do Plano de Pensões e do PBPA em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, mensurados ao valor justo e apresentados em conjunto com sua alocação em média ponderada, por nível, dentro da hierarquia de valor justo. Esses investimentos são classificados integralmente com base no nível mais baixo de inclusão de dados que seja significativo para a mensuração ao valor justo, com exceção de fundos de investimento cuja classificação na hierarquia de valor justo dependa da possibilidade de resgate de suas ações correspondentes pelo respectivo valor patrimonial líquido no curto prazo.

Em milhares de US\$	Plano de Pensões			31 de dezembro de 2014	Média ponderada das alocações
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Fundos de ações e participações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 4.346	\$ 16.606	\$ —	\$ 20.952	25%
Ações de outros países	3.336	16.370	—	19.706	23%
Ações de mercados emergentes	—	3.278	—	3.278	4%
Imobiliário, público	1.854	—	—	1.854	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa de longa duração	4.872	8.593	—	13.465	16%
Títulos de renda fixa básica	—	3.836	—	3.836	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.601	—	1.601	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	12.628	—	—	12.628	15%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	2.586	—	2.586	3%
Fundos de investimento imobiliário:					
Imobiliário, privado	—	—	2.107	2.107	2%
Fundos de investimento de curto prazo	1.678	641	—	2.319	3%
	\$ 28.714	\$ 53.511	\$ 2.107	\$ 84.332	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Plano de Pensões					
<i>Em milhares de US\$</i>	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31 de dezembro de 2013	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 4.026	\$ 16.139	\$ —	\$ 20.165	26%
Ações de outros países	5.921	12.349	—	18.270	24%
Ações de mercados emergentes	4	3.104	—	3.108	4%
Imobiliário, público	1.365	—	—	1.365	2%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa de longa duração	3.689	7.592	—	11.281	15%
Títulos de renda fixa básica	3.601	—	—	3.601	5%
Títulos de renda fixa de alto rendimento	—	1.506	—	1.506	2%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	10.960	—	—	10.960	14%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	2.297	—	2.297	3%
Fundos de investimento imobiliário:					
Imobiliário, privado	—	—	1.811	1.811	2%
Fundos de investimento de curto prazo					
	2.051	593	—	2.644	3%
	\$ 31.617	\$ 43.580	\$ 1.811	\$ 77.008	100%

PBPA				
<i>Em milhares de US\$</i>	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2014	Média ponderada das alocações
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 16.943	\$ 16.943	27%
Ações de outros países	—	15.148	15.148	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.340	2.340	4%
Fundos de investimento imobiliário público	2.129	—	2.129	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Títulos de renda fixa de longa duração	3.559	6.364	9.923	16%
Títulos de dívida de alto rendimento	—	1.218	1.218	2%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	1.925	1.925	3%
Títulos de renda fixa básica	—	3.162	3.162	5%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	9.002	—	9.002	14%
Fundos de investimento de curto prazo				
	1.537	—	1.537	2%
	\$ 16.227	\$ 47.100	\$ 63.327	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em milhares de US\$	PBPA			Média ponderada das alocações
	Nível 1	Nível 2	31 de dezembro de 2013	
Fundos de ações e participações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 16.006	\$ 16.006	27%
Ações de outros países	—	14.072	14.072	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.310	2.310	4%
Fundos de investimento imobiliário público	1.626	—	1.626	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Títulos de renda fixa de longa duração	3.166	5.421	8.587	15%
Títulos de dívida de alto rendimento	—	1.148	1.148	2%
Títulos de dívida de mercados emergentes	—	1.633	1.633	3%
Títulos de renda fixa básica	2.850	—	2.850	5%
Títulos com correção monetária dos Estados Unidos	8.314	—	8.314	14%
Fundos de investimento de curto prazo	1.977	—	1.977	3%
	\$ 17.933	\$ 40.590	\$ 58.523	100%

O investimento em títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com a abordagem de mercado — inclui ações dos Estados Unidos e de outros países, fundos mútuos de renda fixa e títulos do Tesouro dos Estados Unidos com correção monetária. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Nas combinações de fundos de gestores de investimentos exclusivos que investem em ações dos Estados Unidos, ações internacionais, dívida de mercados emergentes, fundos combinados de renda fixa, índices futuros de commodities e/ou investimentos em dívida de curto prazo, sem negociação pública, os fundos são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial dos fundos de investimento e são classificados como Nível 2, já que podem ser resgatados com o destinatário do investimento no curto prazo, pelo respectivo valor patrimonial por ação na data da mensuração. Essa técnica de avaliação está em consonância com a abordagem de mercado.

Nas combinações de fundos privados de investimento imobiliário administrados por gestores de investimentos exclusivos, os fundos são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial desses fundos de investimento e são classificados como Nível 3. As premissas para avaliação nesses fundos de investimento incluem o valor de mercado de propriedades similares, os fluxos de caixa descontados, o custo de reposição e a dívida pendente na propriedade (capitalização direta). Esses métodos são técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de custos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Variações em ativos do Nível 3 mensurados com regularidade ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

<i>Em milhares de US\$</i>	Mensurações do valor justo para os investimentos do Plano de Pensões utilizando dados não observáveis e significativos (Nível 3)
Em 1º de janeiro de 2013	\$ 1.498
Total de ganhos, líquido	313
Compras	—
Distribuições do resultado e vendas	—
Em 31 de dezembro de 2013	\$ 1.811
Em 1º de janeiro de 2014	\$ 1.811
Total de ganhos, líquido	296
Compras	—
Distribuições do resultado e vendas	—
Em 31 de dezembro de 2014	\$ 2.107

O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, atribuível à variação em ganhos não realizados, referente aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 296 (US\$ 313 em ganhos líquidos em 31 de dezembro de 2013).

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA, previstas para 2015, são de aproximadamente US\$ 2.754 e US\$ 2.400, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo resume os pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo quinquênio e cumulativo nos cinco anos subsequentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2014.

<i>Em milhares de US\$</i>	Plano de Pensões	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1º de janeiro de 2015 – 31 de dezembro de 2015	\$ 2.417	\$ 799
1º de janeiro de 2016 – 31 de dezembro de 2016	2.457	863
1º de janeiro de 2017 – 31 de dezembro de 2017	2.669	966
1º de janeiro de 2018 – 31 de dezembro de 2018	2.771	1.053
1º de janeiro de 2019 – 31 de dezembro de 2019	3.068	1.180
1º de janeiro de 2020 – 31 de dezembro de 2024	19.888	8.024

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

15. Administração de recursos externos

A Corporação administra para doadores, inclusive países membros e outras entidades, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais cofinanciamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos em termos fiduciários pela Corporação e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é indicada como taxa por serviços de consultoria na demonstração do resultado.

16. Eventos subsequentes

A administração avaliou os eventos subsequentes até 3 de março de 2015, que é a data de emissão das demonstrações financeiras. Salvo conforme abaixo citado, inexistem eventos subsequentes que exijam divulgação, conforme o Tópico 855 da ASC, *Eventos subsequentes*.

Durante a Reunião Anual na Bahia, Brasil, em março de 2014, a Assembleia de Governadores da Corporação e a Assembleia de Governadores do BID aprovaram uma resolução orientando o Grupo BID a elaborar uma proposta de entidade consolidada do setor privado que incluísse a Corporação. A apresentação dessa proposta está prevista para março de 2015, na Reunião Anual das Assembleias de Governadores em Busan, Coreia.



MISTO

Papel proveniente de fontes responsáveis

FSC® C100555



www.iic.org



ISSN 2075-9681